

RECURSO ESPECIAL Nº 1.844.191 - RO (2019/0312100-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **PRISMA PAPELARIA COMERCIO E SERVICOS LTDA**
ADVOGADO : Antônio Augusto Paes de Barros E OUTRO(S) - RO007144
RECORRIDO : **LEONORA COMÉRCIO DE PAPEIS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**
ADVOGADO : **KERSON NASCIMENTO DE CARVALHO E OUTRO(S) - RO003384**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF contra acórdão do TJRO assim ementado (e-STJ fl. 163):

Apelação Cível Protesto indevido de cheque. Pessoa jurídica. Dano moral *in re ipsa*. Quantum compensatório. Minoração. Não cabimento.

O dano moral ensejado pelo indevido protesto de título não necessita de prova, configurando-se *in re ipsa*, ainda que se trate de pessoa jurídica.

O valor a título de compensação por danos morais deve ser arbitrado de forma que não traga enriquecimento ilícito à parte, mas também não se torne ínfimo a ponto de abortar o escopo inibitório do qual deve se revestir as decisões judiciais. Arbitrado em montante razoável, não há que se falar em minoração.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 174/183), aponta-se divergência jurisprudencial e violação dos arts. 33 e 48 da Lei n. 7.357/1985, sustentando que o protesto irregular não enseja danos morais.

A recorrida não apresentou contrarrazões (e-STJ fl. 190).

É o relatório.

Decido.

A Corte local não se manifestou quanto aos arts. 33 e 48 da Lei n. 7.357/1985. Dessa forma, sem ter sido objeto de debate na decisão recorrida, as matérias carecem de prequestionamento e sofrem, por conseguinte, o empecilho das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

A recorrente sustentou a ausência de danos morais por protesto irregular, apontando violação dos arts. 33 e 48 da Lei n. 7.357/1985. Tais dispositivos, contudo, não possuem pertinência temática com a matéria alegada. Assim, a fundamentação recursal mostra-se deficiente, o que atrai a aplicação, por analogia, do óbice da Súmula n. 284/STF.

Por fim, o conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015, ônus dos quais a parte recorrente não se desincumbiu.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator